



Gabarito comentado

Delegado de Polícia · código PCPR-DL-1101-E886

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
E	C	D	A	A	E	B	C	A	D
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	E	C	B	E	A	D	B	C

Comentários por questão. A alternativa correta aparece destacada no enunciado reproduzido.

Direito Penal

Questão 01 · Gabarito E

Questão real · FGV · 2022 · TCE-TO · Auditor de Controle Externo – Direito · Noções Fundamentais

A respeito das normas e princípios que regem a aplicação da lei penal no tempo e no espaço, é correto afirmar que:

- (A) admite-se sejam as normas penais incriminadoras criadas por lei, medida provisória ou decreto legislativo;
- (B) considera-se praticado o crime no momento de seu resultado, ainda que outro seja o momento da ação ou omissão;
- (C) aplica-se a lei penal incriminadora mais gravosa a fatos anteriores já decididos por sentença condenatória transitada em julgado;
- (D) aplicam-se as regras gerais do Código Penal aos crimes previstos em lei especial, se esta dispuser de maneira diversa;

(E) aplica-se a lei penal temporária, embora decorrido o período de sua duração, aos fatos praticados durante a sua vigência.

Por que E está correta. Correta. O art. 3º do Código Penal consagra a ultra-atividade da lei temporária e da lei excepcional: embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, ela se aplica ao fato praticado durante a sua vigência. Sem essa regra, bastaria ao agente retardar o processo até o fim da vigência para escapar da punição.

- A** Errada. Norma penal incriminadora exige lei em sentido formal (art. 5º, XXXIX, da CF e art. 1º do CP); a CF veda medida provisória sobre direito penal (art. 62, § 1º, I, b), e decreto legislativo não cria crime.
- B** Errada. O art. 4º do CP adota a teoria da atividade: considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado. A alternativa inverte a regra.
- C** Errada. A lei penal mais gravosa não retroage (art. 5º, XL, da CF); só a lei mais benéfica alcança fatos anteriores, inclusive os já decididos por sentença transitada em julgado (art. 2º, parágrafo único, do CP).
- D** Errada. O art. 12 do CP manda aplicar as regras gerais aos fatos incriminados por lei especial "se esta não dispuser de modo diverso". A alternativa diz o contrário.

Pulo do gato: Tempo do crime = Atividade (art. 4º); Lugar do crime = Ubiquidade (art. 6º): o mnemônico LUTA resolve as duas.

Questão 02 · Gabarito C

Inédita · estilo FGV · nível Base · Crimes contra o patrimônio

Rafael subtraiu, sem violência ou grave ameaça, um aparelho celular exposto no balcão de uma loja. Já na calçada, logo depois da subtração, foi alcançado pelo vendedor e o agrediu com socos, a fim de assegurar a detenção do aparelho, conseguindo fugir com ele.

De acordo com o Código Penal, a conduta de Rafael configura

- (A) roubo próprio, pois a violência foi empregada contra a pessoa durante a execução da subtração.
- (B) extorsão, pois o vendedor foi constrangido, mediante violência, a tolerar que o agente levasse a coisa.



(C) roubo impróprio, pois a violência foi empregada logo depois da subtração para assegurar a detenção da coisa.

- (D) roubo impróprio, pois a violência foi empregada antes da subtração para viabilizar a retirada da coisa.
(E) furto simples em concurso com lesão corporal, pois a violência posterior não altera o crime patrimonial.

Por que C está correta. Pelo art. 157, § 1º, do CP, incorre nas penas do roubo quem, logo depois de subtraída a coisa, emprega violência contra pessoa ou grave ameaça, a fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para terceiro. É o roubo impróprio: Rafael já tinha a posse do celular quando agrediu o vendedor para mantê-la.

Fundamento: Art. 157, § 1º, do Código Penal (dispositivo não alterado pelas Leis nº 15.358/2026 e nº 15.397/2026, conferidas em planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2026/lei/l15358.htm e [l15397.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2026/lei/l15397.htm)).

- A** Roubo próprio (art. 157, caput) é aquele em que a violência ou grave ameaça é meio para a subtração. Aqui a violência veio depois, para garantir a coisa já subtraída.
B Na extorsão (art. 158) a vítima é constrangida a fazer, tolerar ou deixar de fazer algo, e sua colaboração é indispensável. Rafael já havia subtraído o bem por conta própria.
D Acerta o nome do crime, mas erra o fundamento: no roubo impróprio a violência é posterior à subtração, não anterior.
E Ignora a regra expressa do § 1º do art. 157, que transforma o furto em roubo quando a violência é empregada logo depois da subtração para assegurar a coisa ou a impunidade.

Pulo do gato: Violência antes ou durante, para subtrair: roubo próprio. Violência logo depois, para garantir a coisa ou a fuga: roubo impróprio.

Questão 03 · Gabarito D

Inédita · estilo FGV · nível Base · Tipicidade

Sobre o crime impossível, previsto no art. 17 do Código Penal, assinale a afirmativa correta.

- (A) O agente responde pelos atos já praticados, como ocorre na desistência voluntária e no arrependimento eficaz.
(B) Não se pune a tentativa quando, por ineficácia relativa do meio ou por relativa impropriedade do objeto, é improvável consumar-se o crime.
(C) Pune-se a tentativa com a pena do crime consumado diminuída de um a dois terços, ainda que o meio empregado seja absolutamente ineficaz.
(D) Não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.
(E) Exclui-se a punição apenas na absoluta impropriedade do objeto, sendo punível a tentativa feita por meio absolutamente ineficaz.

Por que D está correta. Reproduz o art. 17 do CP. O Código adota a teoria objetiva temperada: só há crime impossível quando a ineficácia do meio ou a impropriedade do objeto são absolutas. Nesses casos a tentativa não é punida, porque o bem jurídico nunca correu perigo.

Fundamento: Art. 17 do Código Penal (texto vigente conferido em planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm).

- A** Confunde o crime impossível com a desistência voluntária e o arrependimento eficaz (art. 15), institutos em que o crime era possível e o próprio agente interrompe a execução ou impede o resultado.
B Troca "absoluta" por "relativa". Se a ineficácia ou a impropriedade forem relativas, o crime era possível e há tentativa punível.
C Apresenta como regra a punição da tentativa (art. 14, parágrafo único), justamente o que o art. 17 afasta quando o meio é absolutamente ineficaz.
E Meia-verdade: o art. 17 trata em pé de igualdade as duas hipóteses, meio absolutamente ineficaz e objeto absolutamente impróprio.

Pulo do gato: Crime impossível exige impossibilidade ABSOLUTA; se for só relativa, há tentativa punível.

Questão 04 · Gabarito A



Inédita · estilo FGV · nível Base · Crimes contra a administração pública

Marcos, servidor público responsável pela emissão de alvarás em um órgão municipal, solicitou a Helena, empresária, a quantia de R\$ 3.000,00 para dar andamento mais rápido ao pedido de alvará apresentado por ela. Helena recusou a proposta e comunicou o fato à polícia.

Considerando o Código Penal, Marcos praticou o crime de

(A) corrupção passiva, consumado com a simples solicitação da vantagem indevida.

(B) corrupção ativa, porque partiu dele a iniciativa de pedir a vantagem.

(C) corrupção passiva, na forma tentada, porque Helena não pagou a vantagem.

(D) concussão, consumado com a simples solicitação da vantagem indevida.

(E) prevaricação, porque pretendia praticar ato de ofício por interesse pessoal.

Por que A está correta. O art. 317 do CP pune o funcionário público que solicita ou recebe, para si ou para outrem, em razão da função, vantagem indevida, ou aceita promessa de tal vantagem. Na modalidade "solicitar" o crime é formal e se consuma com o pedido, ainda que a vantagem nunca seja entregue.

Fundamento: Art. 317, caput, do Código Penal (corrupção passiva; crime formal).

B Corrupção ativa (art. 333) é crime do particular que oferece ou promete vantagem ao funcionário. Quem solicita, sendo funcionário, comete corrupção passiva.

C Acerta o tipo, mas erra a consumação: a recusa de Helena é irrelevante, pois a solicitação já consuma o crime.

D A concussão (art. 316) exige que o funcionário "exija" a vantagem, com imposição sobre a vítima. Marcos apenas solicitou.

E A prevaricação (art. 319) é retardar, deixar de praticar ou praticar ato de ofício para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, sem mercancia da função. Houve pedido de vantagem, o que desloca o fato para o art. 317.

Pulo do gato: Exigir = concussão; solicitar = corrupção passiva; oferecer ou prometer (particular) = corrupção ativa.

Direito Processual Penal

Questão 05 · Gabarito A

Inédita · estilo FGV · nível Base · Da Prisão e da Liberdade Provisória

De acordo com o Código de Processo Penal, em regra, a autoridade policial poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade

(A) máxima não seja superior a quatro anos.

(B) máxima não seja superior a dois anos.

(C) mínima não seja superior a quatro anos.

(D) seja de detenção ou de prisão simples, qualquer que seja o seu máximo.

(E) máxima seja superior a quatro anos, desde que o crime não seja hediondo.

Por que A está correta. Pelo art. 322 do CPP, a autoridade policial somente pode conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 4 anos. Nos demais casos, a fiança é requerida ao juiz, que decide em 48 horas (parágrafo único). O "em regra" do enunciado existe porque leis especiais reservam ao juiz a fiança em certas hipóteses de flagrante.

Fundamento: Art. 322, caput e parágrafo único, do Código de Processo Penal (redação da Lei nº 12.403/2011; dispositivo não alterado pela Lei nº 15.358/2026).

B Troca o limite de 4 por 2 anos; 2 anos é o teto das infrações de menor potencial ofensivo (art. 61 da Lei nº 9.099/1995), não o da fiança policial.

C O critério do art. 322 é a pena máxima cominada, não a mínima.

D Reproduz o critério anterior à Lei nº 12.403/2011, que olhava a espécie de pena (detenção ou prisão simples). Hoje o critério é o quantum da pena máxima.

E Inverte a regra: acima de 4 anos a fiança só pode ser concedida pelo juiz.



Pulo do gato: Delegado arbitra fiança até 4 anos de pena MÁXIMA; acima disso, só o juiz, em 48 horas.

Questão 06 · Gabarito E

Questão real · FGV · 2022 · PC-AM · Delegado de Polícia · Ação Penal

Dentro do modelo de Direito Penal Consensual, os institutos despenalizadores ganharam especial relevo no sistema brasileiro. No entanto, esses institutos geralmente estão associados a uma determinada categoria de infrações penais, não tendo incidência às demais. Assinale a opção que corresponde a um instituto que, observados seus requisitos legais, tem incidência em infrações penais, independentemente da sua categoria.

- (A) Composição dos danos civis.
- (B) Transação penal.
- (C) Acordo de não persecução penal.
- (D) Sursis.

(E) Suspensão condicional do processo.

Por que E está correta. Correta. A suspensão condicional do processo (art. 89 da Lei nº 9.099/1995) cabe nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a 1 ano, "abrangidas ou não por esta Lei". Por isso alcança tanto infrações de menor potencial ofensivo quanto crimes de médio potencial, independentemente da categoria, desde que preenchidos os requisitos legais.

- A Errada. A composição dos danos civis (art. 74 da Lei nº 9.099/1995) é instituto próprio das infrações de menor potencial ofensivo.
- B Errada. A transação penal (art. 76 da Lei nº 9.099/1995) também se restringe às infrações de menor potencial ofensivo.
- C Errada. O acordo de não persecução penal (art. 28-A do CPP) tem recorte próprio: infração sem violência ou grave ameaça, pena mínima inferior a 4 anos, e não cabe quando for cabível a transação penal (§ 2º, I). Logo, não incide em qualquer categoria de infração.
- D Errada. O sursis (art. 77 do CP) é suspensão condicional da pena, aplicada depois da condenação; não é instituto do modelo consensual de que trata o enunciado.

Pulo do gato: Suspensão condicional do PROCESSO olha a pena MÍNIMA (até 1 ano) e vale dentro ou fora do Juizado; sursis olha a pena APLICADA e pressupõe condenação.

Questão 07 · Gabarito B

Questão real · FGV · 2025 · TRF - 3ª REGIÃO · Juiz Federal Substituto · Das Provas

Em relação às provas digitais, assinale a alternativa correta:

- (A) Considera-se prova digital qualquer informação produzida, armazenada ou transmitida por meios eletrônicos, incluindo os elementos nascidos em formato digital, mas não aqueles originalmente analógicos que foram digitalizados posteriormente.
- (B) A preservação da cadeia de custódia das provas digitais tem a finalidade de garantir sua integridade e sua autenticidade, sendo que uma das etapas consiste em realizar cópias espelho e cálculo da função hash .**
- (C) A preservação da cadeia de custódia das provas digitais tem a finalidade de garantir sua autenticidade e tornar inacessíveis as informações para terceiros estranhos à investigação, assegurando sua força probatória e relevância.
- (D) Todo o material digital coletado deve ser preservado, periciado e, posteriormente, inserido no sistema judicial eletrônico, a fim de garantir a publicidade e o exercício do contraditório e da ampla defesa pelas partes envolvidas.
- (E) Nas diligências de investigação das evidências digitais é imprescindível a apreensão dos equipamentos para que, posteriormente, a defesa tenha acesso a todo o conteúdo, o que dispensa a necessidade de cópia de segurança.

Por que B está correta. Correta. A cadeia de custódia (arts. 158-A a 158-F do CPP) serve para garantir a integridade e a autenticidade do vestígio, permitindo rastrear sua história desde a coleta. Nos vestígios digitais, as boas práticas periciais (norma ABNT NBR ISO/IEC 27037) preveem a aquisição por cópia espelho (imagem forense, bit a bit) e o cálculo do hash, que permite verificar depois que o conteúdo não foi alterado.



- A** Errada. O documento originalmente analógico que foi digitalizado também passa a ser informação armazenada e transmitida por meio eletrônico; a restrição não existe.
- C** Errada. A finalidade da cadeia de custódia é a integridade, a autenticidade e a rastreabilidade do vestígio, não torná-lo inacessível a terceiros. O sigilo é tema distinto.
- D** Errada. Não há exigência de que todo o material coletado seja periciado e inserido no sistema eletrônico; a cadeia de custódia não se confunde com a juntada integral de tudo o que foi apreendido.
- E** Errada. A apreensão física do equipamento não é imprescindível: a aquisição pode ser feita no local, por cópia forense, e a cópia de segurança é justamente o que preserva o original.

Pulo do gato: Prova digital confiável = cópia espelho + hash: a imagem preserva o conteúdo e o hash prova que nada mudou.

Questão 08 · Gabarito C

Inédita · estilo FGV · nível Base · Recursos Criminais

Em processo que segue o procedimento comum do Código de Processo Penal, o juiz rejeitou a denúncia oferecida pelo Ministério Público, por entender ausente a justa causa para a ação penal.

Contra essa decisão, o recurso cabível é

- (A) a apelação.
- (B) a carta testemunhável.
- (C) o recurso em sentido estrito.**
- (D) o habeas corpus, por ser a decisão irrecorrível.
- (E) o agravo em execução.

Por que C está correta. O art. 581, I, do CPP prevê o recurso em sentido estrito contra a decisão que não receber a denúncia ou a queixa. A rejeição por falta de justa causa (art. 395, III) se enquadra nessa hipótese. Interposto o recurso, o denunciado deve ser intimado para contrarrazões (Súmula 707 do STF).

Fundamento: Art. 581, I, do Código de Processo Penal; Súmula 707 do STF.

- A** A apelação é o recurso contra a rejeição da denúncia no Juizado Especial Criminal (art. 82 da Lei nº 9.099/1995), não no procedimento comum do CPP.
- B** A carta testemunhável (art. 639 do CPP) cabe contra a decisão que denega ou obsta o seguimento de recurso, e não contra a rejeição da denúncia.
- D** A decisão é recorrível, por expressa previsão legal; o habeas corpus, ação de impugnação, nem sequer serve à acusação para restabelecer a denúncia.
- E** O agravo em execução (art. 197 da LEP) impugna decisões do juiz da execução penal.

Pulo do gato: Rejeitou a denúncia: RESE no CPP (art. 581, I), mas apelação no JECrim (art. 82 da Lei nº 9.099/1995).

Legislação Penal e Processual Penal Extravagante

Questão 09 · Gabarito A

Inédita · estilo FGV · nível Base · Lei Maria da Penha - Lei nº 11.340 de 2006

De acordo com a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher

- (A) não se aplica a Lei nº 9.099/1995, independentemente da pena prevista.**
- (B) aplica-se a Lei nº 9.099/1995 quando a pena máxima cominada não for superior a dois anos.
- (C) não se aplica a Lei nº 9.099/1995, exceto a suspensão condicional do processo, admitida em qualquer caso.
- (D) cabe à autoridade policial propor a transação penal quando a vítima não oferecer representação.
- (E) aplica-se a pena de cesta básica, desde que cumulada com a de prestação de serviços à comunidade.

Por que A está correta. O art. 41 da Lei Maria da Penha afasta integralmente a Lei nº 9.099/1995 dos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, qualquer que seja a pena. Por isso não cabem transação penal, composição civil nem suspensão condicional do processo (Súmula 536 do STJ).



Fundamento: Art. 41 da Lei nº 11.340/2006; art. 17 da mesma lei; Súmula 536 do STJ (texto conferido em planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm, sem alteração nesses artigos).

- B** Inverte a regra: o art. 41 diz "independentemente da pena prevista", sem exceção para penas baixas.
- C** Meia-verdade: começa certo, mas a suspensão condicional do processo também está vedada (Súmula 536 do STJ).
- D** Além de a transação estar vedada, ela é proposta pelo Ministério Público, nunca pelo delegado.
- E** O art. 17 da lei proíbe expressamente as penas de cesta básica e outras de prestação pecuniária.

Pulo do gato: Maria da Penha + Lei nº 9.099/1995 = nada: nem transação, nem sursis processual, nem cesta básica.

Questão 10 · Gabarito D

Inédita · estilo FGV · nível Base · Lei de Execução Penal – Lei nº 7.210 de 1984

Nos termos da Lei de Execução Penal, o condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, pelo trabalho, parte do tempo de execução da pena à razão de

- (A) um dia de pena a cada dois dias de trabalho.
- (B) um dia de pena a cada doze horas de trabalho, divididas em, no mínimo, três dias.
- (C) um dia de pena a cada três dias de trabalho, com remição declarada pelo diretor do presídio.
- (D) um dia de pena a cada três dias de trabalho.**
- (E) um dia de pena a cada três dias de trabalho, regra estendida ao livramento condicional.

Por que D está correta. Pelo art. 126, § 1º, II, da LEP, a remição pelo trabalho é de 1 dia de pena a cada 3 dias de trabalho, para o condenado em regime fechado ou semiaberto.

Fundamento: Art. 126, caput, § 1º, II, § 6º e § 8º, da Lei nº 7.210/1984 (redação da Lei nº 12.433/2011; dispositivo não alterado pelas Leis nº 15.280/2025 e nº 15.358/2026).

- A** Troca a proporção: são 3 dias de trabalho para cada dia remido, não 2.
- B** Essa é a proporção da remição pelo estudo (art. 126, § 1º, I): 12 horas de frequência escolar divididas em, no mínimo, 3 dias.
- C** A remição é declarada pelo juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e a defesa (art. 126, § 8º), e não pelo diretor do estabelecimento.
- E** No regime aberto e no livramento condicional só se admite a remição pelo estudo (art. 126, § 6º), não pelo trabalho.

Pulo do gato: Trabalho: 3 dias = 1 dia. Estudo: 12 horas (em pelo menos 3 dias) = 1 dia. Aberto e livramento: só estudo.

Questão 11 · Gabarito B

Questão real · FGV · 2023 · TJ-MS · Juiz Substituto · Lei de Organização Criminosa – Lei nº 12.850 de 2013

Relativamente à investigação criminal e aos meios de obtenção da prova nos crimes relativos às organizações criminosas (Lei nº 12.850/2013), é correto afirmar que:

- (A) deverá o juiz participar das negociações para a formação do acordo de colaboração premiada, se o benefício concedido ao colaborador for o perdão judicial;
- (B) serão nulas de pleno direito, no acordo de colaboração premiada, as previsões de renúncia ao direito de impugnar a decisão homologatória;**
- (C) será possível ao juiz receber a denúncia com fundamento somente nas declarações do colaborador, mas não poderá proferir sentença condenatória com base nas referidas declarações;
- (D) poderá o juiz decretar de ofício a infiltração de agentes de polícia em tarefas de investigação, sem representação da autoridade policial ou requerimento do Ministério Público;
- (E) será o retardamento da intervenção policial ou administrativa, na ação controlada, comunicado previamente ao Ministério Público que, se for o caso, estabelecerá os seus limites e comunicará ao juiz competente.

Por que B está correta. Correta. O art. 4º, § 7º-B, da Lei nº 12.850/2013, incluído pela Lei nº 13.964/2019, declara nulas de pleno direito as previsões de renúncia ao direito de impugnar a decisão homologatória do



acordo de colaboração.

- A** Errada. O juiz não participa das negociações do acordo, qualquer que seja o benefício (art. 4º, § 6º); elas ocorrem entre delegado, investigado e defensor, com manifestação do MP, ou entre MP, investigado e defensor.
- C** Errada. Nem o recebimento da denúncia nem a sentença condenatória podem se fundar apenas nas declarações do colaborador (art. 4º, § 16, II e III).
- D** Errada. A infiltração depende de representação do delegado ou de requerimento do MP e de autorização judicial circunstanciada, motivada e sigilosa (art. 10); não é decretada de ofício.
- E** Errada. Na ação controlada, o retardamento é comunicado previamente ao juiz competente, que, se for o caso, estabelece os limites e comunica ao Ministério Público (art. 8º, § 1º). A alternativa inverte os papéis.

Pulo do gato: Ação controlada: comunica ao JUIZ, que comunica ao MP. Colaboração: juiz fora da mesa de negociação.

Questão 12 · Gabarito D

Inédita · estilo FGV · nível Base · Lei de Organização Criminosa – Lei nº 12.850 de 2013

Nos termos da Lei nº 12.850/2013, considera-se organização criminosa a associação

- (A) de três ou mais pessoas, estruturalmente ordenada e com divisão de tarefas, ainda que informal, voltada a infrações com penas máximas superiores a quatro anos ou transnacionais.
- (B) de quatro ou mais pessoas, estruturalmente ordenada e com divisão formal de tarefas, registrada em ajuste escrito, voltada a infrações com penas máximas superiores a quatro anos.
- (C) de quatro ou mais pessoas, estruturalmente ordenada e com divisão de tarefas, ainda que informal, voltada a infrações com penas máximas iguais ou superiores a dois anos.
- (D) de quatro ou mais pessoas, estruturalmente ordenada e com divisão de tarefas, ainda que informal, voltada a infrações com penas máximas superiores a quatro anos ou transnacionais.**
- (E) de três ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes, dispensadas a estrutura ordenada e a divisão de tarefas entre os integrantes.

Por que D está correta. O art. 1º, § 1º, da Lei nº 12.850/2013 exige: 4 ou mais pessoas; estrutura ordenada; divisão de tarefas, ainda que informal; objetivo de obter vantagem de qualquer natureza; prática de infrações com penas máximas superiores a 4 anos ou de caráter transnacional.

Fundamento: Art. 1º, § 1º, da Lei nº 12.850/2013 (texto vigente conferido em planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm; as alterações de 2025 e 2026 recaíram sobre o art. 2º).

- A** Troca o número mínimo de integrantes: são 4 ou mais. "Três ou mais" é o número da associação criminosa (art. 288 do CP) e da facção criminosa da Lei nº 15.358/2026.
- B** Inverte a lei, que admite a divisão de tarefas "ainda que informalmente"; não há exigência de ajuste escrito.
- C** Começa certo, mas erra o critério da pena: são penas máximas superiores a 4 anos, ou infrações transnacionais.
- E** Descreve a associação criminosa do art. 288 do CP, instituto vizinho que não exige estrutura nem divisão de tarefas.

Pulo do gato: OrCrim = 4+ pessoas, estrutura, divisão de tarefas (mesmo informal), pena máxima > 4 anos ou transnacionalidade. Associação criminosa = 3+.

**Direito Constitucional****Questão 13 · Gabarito E**

Inédita · estilo FGV · nível Base · Direitos Individuais - Remédios Constitucionais e Garantias Processuais

Joana pretende ter conhecimento de informações relativas à sua pessoa, constantes de registros de um banco de dados de entidade governamental, e, se for o caso, retificá-las. O pedido administrativo de acesso foi negado.

De acordo com a Constituição Federal, o remédio constitucional adequado é

- (A) o mandado de segurança, por se tratar de direito líquido e certo à informação pessoal.
- (B) o mandado de injunção, diante da falta de norma regulamentadora do acesso aos dados.
- (C) a ação popular, para anular o ato lesivo praticado pela entidade governamental.
- (D) o habeas corpus, por estar em jogo a liberdade de informação da impetrante.

(E) o habeas data, para assegurar o conhecimento e a retificação das informações.

Por que E está correta. O art. 5º, LXXII, da CF concede habeas data para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, e para retificar dados. A recusa administrativa prévia, exigida pela Lei nº 9.507/1997, está presente no caso.

Fundamento: Art. 5º, LXXII, "a" e "b", da Constituição Federal; Lei nº 9.507/1997.

- A** O mandado de segurança é residual: só cabe quando o direito líquido e certo não for amparado por habeas corpus ou habeas data (art. 5º, LXIX). Informação sobre a própria pessoa tem remédio específico.
- B** O mandado de injunção supre a falta de norma regulamentadora que torne inviável um direito constitucional (art. 5º, LXXI). O acesso a dados pessoais já é exercitável.
- C** A ação popular protege o patrimônio público, a moralidade administrativa, o meio ambiente e o patrimônio histórico e cultural (art. 5º, LXXIII); não serve para obter dados pessoais.
- D** O habeas corpus tutela a liberdade de locomoção (art. 5º, LXVIII), e não o acesso a informações.

Pulo do gato: Dado sobre a PRÓPRIA pessoa em banco público: habeas data. Informação de interesse geral negada: mandado de segurança.

Questão 14 · Gabarito C

Inédita · estilo FGV · nível Base · Direitos Individuais

Segundo a Constituição Federal, a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo

- (A) em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante a noite, por determinação judicial fundamentada.
- (B) em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação da autoridade policial.

(C) em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

- (D) em caso de desastre ou para prestar socorro, e, na hipótese de flagrante delito, somente durante o dia.
- (E) em qualquer investigação criminal em curso, a qualquer hora do dia ou da noite, mediante ordem judicial.

Por que C está correta. O art. 5º, XI, da CF admite o ingresso sem consentimento do morador em três situações a qualquer hora (flagrante delito, desastre e prestação de socorro) e em uma quarta só durante o dia: por determinação judicial.

Fundamento: Art. 5º, XI, da Constituição Federal.

- A** Inverte o período: a ordem judicial só pode ser cumprida durante o dia; à noite, só flagrante, desastre ou socorro autorizam o ingresso sem consentimento.
- B** A Constituição exige determinação judicial (cláusula de reserva de jurisdição); a autoridade policial não pode, por ato próprio, autorizar a entrada.
- D** O flagrante delito autoriza o ingresso a qualquer hora, de dia ou de noite; a restrição ao período diurno vale só para a ordem judicial.



- E Extrapola: a existência de investigação não autoriza o ingresso, e a ordem judicial não pode ser cumprida à noite.

Pulo do gato: Flagrante, desastre e socorro: 24 horas. Ordem judicial: só durante o dia.

Direito Administrativo e Gestão Pública

Questão 15 · Gabarito B

Questão real · FGV · 2022 · TCE-TO · Assistente de Controle Externo · Agentes públicos e Lei 8.112 de 1990

Eduardo, servidor público estável do Estado do Tocantins, foi demitido após processo administrativo disciplinar. Inconformado com sua demissão, interpôs recurso administrativo e logrou êxito em revertê-la, mediante a invalidação da demissão. O ato de reinvestidura de Eduardo no cargo anteriormente ocupado é denominado:

- (A) aproveitamento;
- (B) reintegração;**
- (C) readaptação;
- (D) recondução;
- (E) reversão.

Por que B está correta. Correta. Reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens (art. 41, § 2º, da CF; no plano federal, art. 28 da Lei nº 8.112/1990). Foi o que ocorreu com Eduardo, cuja demissão foi invalidada em recurso administrativo.

- A** Errada. Aproveitamento é o retorno à atividade do servidor posto em disponibilidade (art. 41, § 3º, da CF; art. 30 da Lei nº 8.112/1990).
- C** Errada. Readaptação é a investidura em cargo compatível com limitação sofrida na capacidade física ou mental (art. 24 da Lei nº 8.112/1990).
- D** Errada. Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado por inabilitação em estágio probatório de outro cargo ou por reintegração do anterior ocupante (art. 29 da Lei nº 8.112/1990).
- E** Errada. Reversão é o retorno à atividade do servidor aposentado (art. 25 da Lei nº 8.112/1990).

Pulo do gato: Demissão invalidada = REintegração; quem estava na vaga dele = REcondução; aposentado que volta = REversão.

Questão 16 · Gabarito E

Inédita · estilo FGV · nível Base · Atos administrativos

Acerca do controle dos atos administrativos exercido pela própria Administração Pública, é correto afirmar que ela

- (A) deve revogar seus atos ilegais e pode anulá-los por conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
- (B) deve anular seus atos ilegais sem limite de tempo, ainda que deles decorram efeitos favoráveis a terceiros de boa-fé.
- (C) pode revogar seus atos por conveniência ou oportunidade, mas a anulação de atos ilegais depende do Poder Judiciário.
- (D) pode revogar a qualquer tempo todos os seus atos, inclusive os vinculados e os que já geraram direitos adquiridos.

(E) deve anular seus atos ilegais e pode revogá-los por conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

Por que E está correta. É a autotutela, sintetizada na Súmula 473 do STF e no art. 53 da Lei nº 9.784/1999: a Administração deve anular seus atos quando eivados de vício de legalidade e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

Fundamento: Súmula 473 do STF; arts. 53 e 54 da Lei nº 9.784/1999.

- A** Troca os institutos: anula-se o ato ilegal; revoga-se o ato válido que deixou de ser conveniente ou oportuno.



- B** Começa certo, mas ignora o limite do art. 54 da Lei nº 9.784/1999: o direito de anular atos com efeitos favoráveis decai em 5 anos, salvo comprovada má-fé.
- C** A Administração anula seus próprios atos ilegais, sem precisar do Judiciário (autotutela); o controle judicial é outra via, não condição.
- D** A revogação encontra limites: não alcança atos vinculados nem os que geraram direitos adquiridos.

Pulo do gato: Ilegal: ANULA (dever, efeitos retroativos). Inconveniente: REVOGA (faculdade, efeitos daqui para frente).

Legislação Estadual e Institucional

Questão 17 · Gabarito A

Inédita · estilo FGV · nível Base · Regime jurídico dos servidores públicos do Estado do Paraná

Assinale a opção que indica o instituto que, segundo a Lei Estadual nº 6.174/1970 (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná), constitui, ao mesmo tempo, forma de provimento e forma de vacância de cargo público.

(A) Readaptação.

- (B) Exoneração.
(C) Readmissão.
(D) Aposentadoria.
(E) Reversão.

Por que A está correta. A readaptação aparece nas duas listas do Estatuto: é forma de provimento (art. 18, IX) e forma de vacância (art. 123, V), porque o funcionário readaptado passa a ocupar um cargo e, ao mesmo tempo, deixa vago o cargo anterior. O art. 18 lista nomeação, promoção, acesso, transferência, readmissão, reintegração, aproveitamento, reversão e readaptação; o art. 123 lista exoneração, demissão, promoção e acesso, transferência, readaptação, aposentadoria, nomeação para outro cargo (com ressalvas) e falecimento.

Fundamento: Arts. 18, IX, e 123, V, da Lei Estadual nº 6.174/1970 do Paraná, conferidos em <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=10297&indice=1&totalRegistros=1>

- B** A exoneração consta só do rol de vacância (art. 123, I); não provê cargo algum.
- C** A readmissão consta só do rol de provimento (art. 18, V).
- D** A aposentadoria consta só do rol de vacância (art. 123, VI).
- E** A reversão consta só do rol de provimento (art. 18, VIII).

Pulo do gato: Provimento e vacância ao mesmo tempo, no Estatuto do Paraná: promoção, acesso, transferência e readaptação. O funcionário ocupa um cargo e libera outro.

Questão 18 · Gabarito D

Inédita · estilo FGV · nível Base · Estruturação das carreiras da Polícia Civil do Estado do Paraná

Nos termos da Lei Complementar Estadual nº 259/2023, que estrutura as carreiras da Polícia Civil do Paraná, constitui requisito específico para o provimento do cargo de Delegado de Polícia a comprovação de

- (A) dois anos de atividade jurídica ou policial, até a data da posse.
- (B) três anos de atividade exclusivamente jurídica, até a data da posse.
- (C) três anos de atividade jurídica ou policial, até a data da inscrição no concurso.
- (D) três anos de atividade jurídica ou policial, até a data da posse.**
- (E) três anos de atividade jurídica ou policial, a serem cumpridos durante o estágio probatório.

Por que D está correta. O art. 11 da LC nº 259/2023 lista os requisitos de provimento das carreiras da Polícia Civil. O inciso XI, com a redação da LC nº 285/2025, exige, para o cargo de Delegado de Polícia, a comprovação de três anos de atividade jurídica ou policial, até a data da posse.

Fundamento: Art. 11, XI, da Lei Complementar Estadual nº 259/2023, com a redação dada pela Lei Complementar Estadual nº 285/2025, conferidos em <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/exibirAto.do?action=iniciarProcesso&codAto=300584> e <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/exibirAto.do?action=iniciarProcesso&codAto=369282&codItemAto=2333377>

- A** Troca o tempo exigido: são três anos, não dois.



- B Restringe indevidamente: a lei aceita atividade jurídica ou policial.
- C Troca o momento da comprovação: a lei fala em "até a data da posse", e não na inscrição.
- E Inverte a lógica do requisito: é condição para o provimento, comprovada até a posse, e não exigência a cumprir depois do ingresso.

Pulo do gato: Delegado PCPR: 3 anos de atividade jurídica OU policial, comprovados até a POSSE (art. 11, XI, da LC nº 259/2023).

Direitos Humanos

Questão 19 · Gabarito B

Inédita · estilo FGV · nível Base · Sistema Global de Proteção dos Direitos Humanos: Instrumentos Normativos

A respeito da Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinale a afirmativa correta.

- (A) Foi adotada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, em 1948, por meio de resolução.
- (B) Foi adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1948, por meio de resolução.**
- (C) Foi adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1966, junto com os dois Pactos Internacionais.
- (D) Foi aprovada no âmbito da Organização dos Estados Americanos, em 1948, como tratado do sistema regional.
- (E) É tratado internacional que, para obrigar o Brasil, dependeu de ratificação e de promulgação por decreto.

Por que B está correta. A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, por meio da Resolução 217 A (III). Por ser resolução, e não tratado, não passou por assinatura e ratificação; seus direitos foram depois desenvolvidos em tratados, como os Pactos de 1966.

Fundamento: Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral da ONU, de 10 de dezembro de 1948.

- A O órgão é a Assembleia Geral, e não o Conselho de Segurança.
- C 1966 é o ano dos Pactos Internacionais sobre Direitos Civis e Políticos e sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, que, com a Declaração, formam a Carta Internacional de Direitos Humanos.
- D Confunde com a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, aprovada na OEA também em 1948, que tampouco é tratado.
- E A Declaração é resolução da Assembleia Geral, não tratado; não houve ratificação nem decreto de promulgação.

Pulo do gato: DUDH = Assembleia Geral da ONU, 10/12/1948, resolução (não tratado). Pactos = 1966.

Ciências Forenses

Questão 20 · Gabarito C

Questão real · FGV · 2026 · PC-PI · Perito Médico Legista · Genética forense

Sobre análises dos vínculos genéticos de paternidade, é correto afirmar que

- (A) na chamada HP – hipótese de acusação, o DNA da criança apresenta o perfil observado em decorrência de vínculo genético com outro homem qualquer não testado.
- (B) na chamada HD – hipótese de defesa, o DNA da criança apresenta o perfil observado em decorrência do vínculo genético real entre filho e suposto pai.
- (C) os resultados são obtidos através de cálculos realizados, com base na probabilidade de o suposto pai transmitir o APO (alelo obrigatório) ao filho e na frequência da ocorrência desse alelo na população.**
- (D) não é necessária a utilização do banco de dados de frequência alélica da população para realização de cálculos estatísticos.
- (E) o vínculo genético é a análise realizada com objetivo de estabelecer relação de parentesco entre doadores de amostras biológicas e tem aplicação exclusiva nas demandas de paternidade cível.



Por que C está correta. Correta. Na investigação de paternidade, o cálculo estatístico (índice de paternidade e probabilidade de paternidade) parte do alelo obrigatório paterno (APO): o alelo que a criança não herdou da mãe e que, portanto, veio do pai biológico. Compara-se a probabilidade de o suposto pai transmitir esse alelo com a frequência dele na população, isto é, com a chance de um homem qualquer transmiti-lo.

- A** Errada. A hipótese de acusação (HP) é a de que o suposto pai é o pai biológico; a alternativa descreve a hipótese de defesa.
- B** Errada. A hipótese de defesa (HD) é a de que o vínculo se deve a outro homem, não testado e tomado ao acaso na população; a alternativa descreve a hipótese de acusação.
- D** Errada. O banco de frequências alélicas da população é indispensável: é ele que mede quão comum é o alelo obrigatório e, assim, o peso estatístico da compatibilidade.
- E** Errada. A análise de vínculo genético não se limita à paternidade cível: serve também ao processo penal (por exemplo, gravidez resultante de estupro) e à identificação de vítimas e de pessoas desaparecidas por meio de parentes.

Pulo do gato: HP: o suposto pai é o pai. HD: um homem qualquer da população é o pai. O peso do laudo está no alelo obrigatório paterno e na sua frequência populacional.

RESONANCE
SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS